

Demonstrações financeiras

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 34

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018 41





CEG RIO S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Conselheiros, Administradores e Acionistas da

CEG RIO S.A.

Rio de Janeiro-RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG RIO S.A. (“Companhia” ou “CEG RIO”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CEG RIO S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da CEG RIO S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 21 de março de 2018 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	2018	2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	82.715	77.711
Contas a receber de clientes (Nota 7)	172.366	174.294
Tributos a recuperar (Nota 8)	18.952	11.174
Despesas antecipadas	28	34
Outros ativos	1.918	3.117
	275.979	266.330
Não Circulante		
Tributos a recuperar (Nota 8)	19.446	26.765
Depósitos judiciais	2.821	2.175
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	24.333	19.897
Outros ativos de longo prazo	18	18
	46.618	48.855
Intangível (Nota 11)	663.490	655.636
Diferido	-	700
	710.108	705.191
Total do ativo	986.087	971.521

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Circulante		
Fornecedores (Nota 12)	187.534	171.301
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	178.840	5.654
Tributos a recolher (Nota 14)	20.160	17.022
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 10)	1.359	1.664
Dividendos a pagar (Nota 15.b)	18.452	25.309
Demais contas a pagar	2.172	2.120
	408.517	223.070
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	190.000	358.652
Obrigações com fundo de pensão (Nota 19)	16.513	3.646
Provisão para contingências (Nota 20)	379	379
	206.892	362.677
Total do passivo	615.409	585.747
Patrimônio líquido (Nota 15)		
Capital social	161.419	159.099
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	210.008	226.585
Instrumentos financeiros (Nota 15.g)	(839)	-
Total do patrimônio líquido	370.678	385.774
Total do passivo e patrimônio líquido	986.087	971.521

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Receita líquida (Nota 18)	2.115.343	2.392.411
Custo do serviço prestado (Nota 19)	(1.880.423)	(2.137.969)
Lucro bruto	234.920	254.442
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(91.085)	(83.650)
Outras despesas, líquidas (Nota 22)	(14.291)	(8.871)
Lucro operacional	129.544	161.921
Resultado financeiro, líquido (Nota 23)	(32.301)	(32.411)
Receitas financeiras	8.423	7.631
Despesas financeiras	(40.724)	(40.042)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.243	129.510
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 14.b)	(30.949)	(36.763)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 14.b)	4.004	49
Lucro líquido do exercício	70.298	92.796
Quantidade de lote de mil ações em circulação	1.995.023	1.995.023
Lucro líquido básico por lote de mil ações	35,24	46,51

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	70.298	92.796
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/(perda) atuarial fundo de pensão	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	70.298	92.796

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros				Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Instrumentos financeiros	Total
			Expansão	Legal	Especial					
31 de dezembro de 2016	146.734	90	88.953	22.310	33.794	38.750	-	-	330.631	
Aumento de capital	12.365	-	(12.365)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(12.344)	-	-	(12.344)	
Destinação do lucro do exercício anterior	-	-	26.406	-	-	(26.406)	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	92.796	-	92.796	
Destinação do lucro:										
Reserva legal	-	-	-	4.640	-	-	(4.640)	-	-	
Juros sobre o capital próprio (R\$10,9267 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(21.799)	-	(21.799)	
Dividendos propostos (R\$1,7594 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(3.510)	-	(3.510)	
Destinação de resultado definida em AGOE (abril/2018)	-	-	-	-	-	62.847	(62.847)	-	-	
31 de dezembro de 2017	159.099	90	102.994	26.950	33.794	62.847	-	-	385.774	
Aumento de capital	2.320	-	(2.320)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	(62.847)	-	-	(62.847)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	70.298	-	70.298	
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(839)	(839)	
Destinação do lucro:										
Reserva legal	-	-	-	3.515	-	-	(3.515)	-	-	
Juros sobre o capital próprio (R\$10,8811 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(21.708)	-	(21.708)	
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2019)	-	-	-	-	-	45.075	(45.075)	-	-	
31 de dezembro de 2018	161.419	90	100.674	30.465	33.794	45.075	-	(839)	370.678	

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	97.243	129.510
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	38.030	35.287
Provisão para contingências	4.248	(147)
Atualização das contingências	8.619	
Juros provisionados e não pagos	30.788	38.934
Resultado na venda do intangível	(6)	(27)
Atualização monetária sobre depósito judicial	(166)	-
Baixa impostos não recuperáveis	2.833	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.496	1.964
Lucro antes dos impostos ajustado	185.085	205.521
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(2.839)	(50.974)
Tributos a recuperar e diferidos	37.120	32.804
Outros ativos	773	312
Fornecedores	16.233	36.566
Tributos a recolher	(23.807)	(27.372)
Partes relacionadas	(328)	(54)
Outros passivos	51	241
	27.203	(8.477)
Caixa proveniente das operações		
Juros pagos sobre empréstimos	(23.409)	(35.713)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.417)	(35.480)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	144.462	125.851
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(45.187)	(90.354)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(45.187)	(90.354)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(2.845)	(4.169)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(88.156)	(29.420)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(3.270)	(3.013)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(94.271)	(36.602)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	5.004	(1.105)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	77.711	78.816
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	82.715	77.711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A CEG RIO S.A. (a “Companhia” ou “CEG RIO”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 17.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todas as atividades correlatas, compatíveis com a natureza do serviço de distribuição de gás.

A CEG RIO S.A. é controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group cuja sede temporariamente está localizada em Madri – Espanha.

Em 2018, o Grupo controlador e operador técnico da Companhia, então denominado Gás Natural Fenosa, modificou sua marca, passando a ser denominado Naturgy. Em continuação a essa mudança, todas as empresas operadas e controladas pelo grupo no Brasil também passam a incorporar a nova marca em sua identidade visual, sem alteração de razão social, inclusive a CEG RIO.

A utilização, pela Companhia, da marca do grupo controlador Naturgy Energy Group S.A., se dará de forma gratuita e por tempo indeterminado, conforme contrato de cessão de uso de marca aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 dezembro de 2018.

A mudança, que foi precedida de comunicação à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenesra, passou a ser amplamente divulgada através da mídia, possibilitando informar não apenas ao mercado, aos acionistas e investidores da Companhia, mas também a todos os seus clientes, prestadores de serviços e parceiros comerciais.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agenesra tem o prazo de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela sua integridade;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;

- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 21 de março de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.3.1. Classificação

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensurados pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem.

2.3.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

- (iii) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

2.5. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.6. Ativos intangíveis

i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 11.

iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 11).

2.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustada por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço.

Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2018.

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.10. Provisões

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas (Nota 20) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.12. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.13. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado e serão aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b) Serviço de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.15. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" – emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos

futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia planeja adotar o CPC 06 (R2) retrospectivamente com o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial. A Companhia planeja não rerepresentar informações comparativas, mas reconhecerá o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma como um ajuste ao saldo inicial dos lucros retidos (ou outro componente do patrimônio, conforme apropriado), na data da aplicação inicial. O motivo dessa escolha é atender à adoção usada na política de contabilidade corporativa.

Durante 2018, o Grupo efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) seja o registro de um passivo de arrendamento em contrapartida da rubrica de imobilizado (ativos de direito de uso) no montante aproximado de R\$ 200. A companhia efetuará a contabilização pelo método retrospectivo modificado calculando o valor presente na data de 1º de janeiro de 2019.

2.16. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos a alteração da norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

- CPC 48 – "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração entende que as novas orientações do CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge, exceto pelo impairment de contas a receber.

A partir da adoção da nova norma CPC 48, o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa passa a ter como base a perda esperada e não mais a incorrida. Sendo assim, a Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros e registrou um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no 1º trimestre de 2018, conforme quadro abaixo:

Mercado	Valor
Residencial	1
Comercial	2
Industrial	1.257
Automotivo	1
Outros Clientes	9
Total do impacto	1.270
34% imposto diferido	431
Total líquido	839

- IFRS 15/CPC 47 – "Receita de Contratos com Clientes" – essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia realizou estudo que a aplicação da nova norma não afeta a forma de contabilização existente.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$76.846(R\$105.911 em 31 de dezembro de 2017).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil classificada no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2018 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha. Com relação às contas a receber, os ativos vencidos e não *impaired* referem-se a clientes sem histórico de perda.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 78.770 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional cujo faturamento representa aproximadamente 66% (67% em 2017) do total sem considerar as térmicas.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo departamento financeiro.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 7 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	185.903	213.647	-
Fornecedores	187.534	-	-
Em 31 de dezembro de 2017			
Empréstimos e financiamentos	5.911	192.767	237.404
Fornecedores	171.301	-	-

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumariados:

	2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	368.840	364.306
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(82.715)	(77.711)
Dívida líquida	286.125	286.595
Total do patrimônio líquido	370.678	385.774
Total do capital	656.803	672.369
Índice de alavancagem financeira - %	44%	43%

O índice de alavancagem financeira em 2018 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2018 está dentro da expectativa da Administração.

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	2018	2017
Avaliados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nível 1)	82.715	77.711
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	172.366	174.294
Outros ativos	1.918	3.117
	256.999	255.122
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	368.840	364.306
Contas a pagar de partes relacionadas	1.359	1.664
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	187.534	171.301
	557.733	537.271

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	28.270	29.997
Aplicação	54.445	47.714
	82.715	77.711

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 98% do CDI com liquidez imediata.

7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2018	2017
Consumidores de gás e serviços		
Faturado	162.914	132.443
Não faturado	76.846	105.911
Venda de equipamento	690	888
	240.450	239.242
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(68.084)	(64.948)
Total de contas a receber	172.366	174.294

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), se aproximam do valor justo.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2018	2017
A vencer	145.784	156.658
Vencidas até três meses	27.449	16.648
De três a seis meses	627	988
Acima de seis meses	66.590	64.948
	240.450	239.242

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial que acumularam uma dívida histórica de R\$7.407, R\$17.015 e R\$34.722 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, resultou-se no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás – PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final favorável a CEG RIO. Por isso, a Administração optou por manter o valor provisionado.

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2018	2017
Em 1º de janeiro	64.948	62.984
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	4.602	8.250
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(1.466)	(6.286)
Em 31 de dezembro	68.084	64.948

Os créditos vencidos há mais de seis meses são objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso com 10 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$5 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A Companhia possui uma carteira de 78.770 clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos três clientes industriais, como também, pelo faturamento à CSN (Nota 5) não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

As demais contas a receber do balanço não contem ativos *impaired*.

8. Tributos a recuperar

	2018	2017
Imposto de renda (a)	6	
Contribuição social (a)	12.913	9.353
ICMS a recuperar	11.783	19.073
PIS	2.320	1.424
COFINS	10.687	6.574
Demais tributos	689	1.515
	38.398	37.939
Curto prazo	18.952	11.174
Longo prazo	19.446	26.765

(a) Referem-se a antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social com base na receita bruta.

9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os seguintes eventos:

	2018	2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.322	11.272
Provisão para contingências	8.021	3.646
Amortização intangível – concessão	2.975	3.741
Fornecedor de serviço	784	805
Receita de ajuste a valor presente	(138)	(134)
Outras adições e exclusões	(1)	(1)
Ativo diferido	370	568
Ativo não circulante	24.333	19.897

b) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:							Total
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Amortização intangível concessão	Fornecedor de serviço	Ajuste a valor presente	Outras adições exclusões	Ativo diferido	
Em 31 de dezembro de 2016	10.605	3.793	4.554	267	(169)	32	766	19.848
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	667	(147)	(813)	538	35	(33)	(198)	49
Em 31 de dezembro de 2017	11.272	3.646	3.741	805	(134)	(1)	568	19.897
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	618	4.375	(766)	(21)	(4)	-	(198)	4.004
Creditado (debitado) na demonstração do patrimônio	432	-	-	-	-	-	-	432
Em 31 de dezembro de 2018	12.322	8.021	2.975	784	(138)	(1)	370	24.333

c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017
2018	-	2.389
2019	2.919	3.979
2020	4.867	3.979
2021	4.867	3.979
2022	4.867	3.979
2023	4.867	796
2024	973	796
2025	973	-
	24.333	19.897

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Partes relacionadas

As transações ativas, passivas e de resultado realizadas entre as partes relacionadas são apresentadas como segue:

	Ativo Circulante	Passivo circulante	Receitas	Despesas
Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A. (a)	-	10.996	-	-
Pluspetrol Energy S.A. (a)	-	554	-	-
Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro (a)	-	6.902	-	-
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (b)	23	1.359	-	17.663
Gás Natural do Brasil S.A.	-	-	-	143
Gás Natural Serviços S.A.	-	-	103	-
Em 31 de dezembro de 2018	23	19.811	103	17.806
Em 31 de dezembro de 2017	-	26.973	122	17.629

(a) Referem-se a juros sobre capital próprio a pagar.

(b) Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Salários e conselho de administração e fiscal	605	649
Honorários dos administradores	3.467	3.396
	4.072	4.045

11. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidões de passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	182.591	55	362	411.015	594.023
Aquisição	-	-	-	95.376	95.376
Baixa líquida	-	-	-	1	1
Amortização	(17.217)	(18)	(109)	(16.420)	(33.764)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	165.374	37	253	489.972	655.636
Custo total	214.854	281	2.019	633.236	850.390
Amortização acumulada	(49.480)	(244)	(1.766)	(143.264)	(194.754)
Valor residual	165.374	37	253	489.972	655.636
Saldos em 1º de janeiro de 2018	165.374	37	253	489.972	655.636
Aquisição	-	-	254	44.933	45.187
Baixa líquida	-	-	-	(3)	(3)
Amortização	(17.717)	(17)	(109)	(19.487)	(37.330)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	147.657	20	398	515.415	663.490
Custo total	214.854	281	2.273	678.169	895.577
Amortização acumulada	(67.197)	(261)	(1.875)	(162.754)	(232.087)
Valor residual	147.657	20	398	515.415	663.490

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Software refere-se a investimento com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato e infraestrutura de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Outros (d)	Total da operação	Imobilizado em andamento (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	323.416	10.183	333.599	77.416	411.015
Aquisição	2.114	6.618	8.732	86.644	95.376
Transferência para imobilizado em operação	95.172	-	95.172	(95.172)	-
Baixas líquidas	1	-	1	-	1
Amortização	(13.982)	(2.438)	(16.420)	-	(16.420)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	406.721	14.363	421.084	68.888	489.972
Custo total	531.199	33.149	564.348	68.888	633.236
Amortização acumulada	(124.478)	(18.786)	(143.264)	-	(143.264)
Valor residual	406.721	14.363	421.084	68.888	489.972
Saldos em 1º de janeiro de 2018	406.721	14.363	421.084	68.888	489.972
Aquisição	-	8.754	8.754	36.179	44.933
Transferência para imobilizado em operação	78.585	-	78.585	(78.585)	-
Baixa líquida	-	(3)	(3)	-	(3)
Amortização	(15.109)	(4.378)	(19.487)	-	(19.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	470.197	18.736	488.933	26.482	515.415
Custo total	609.784	41.903	651.687	26.482	678.169
Amortização acumulada	(139.587)	(23.167)	(162.754)	-	(162.754)
Valor residual	470.197	18.736	488.933	26.482	515.415

(c) As obras em andamento referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

(d) Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$1.562 (R\$5.022 em 31 de dezembro de 2017) à taxa média de 8,23% (11,98% em 31 de dezembro de 2017).

Encontram-se aglutinadas as classes de veículos, máquinas, móveis e utensílios, terrenos, benfeitorias e hardware. Todas com vida útil balizada pelo Regulamento do Imposto de Renda número 99.

12. Fornecedores

	2018	2017
De gás (a)	174.706	153.646
De materiais	3.907	5.257
De serviços	8.921	12.398
	187.534	171.301

(a) A Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 12º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em 1º de junho de 2017. No qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008.

13. Empréstimos e financiamentos

	2018	2017
Financiamentos	-	2.855
Linhas de crédito	368.840	361.451
	368.840	364.306
Circulante	178.840	5.654
Não circulante	190.000	358.652
	368.840	364.306

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

Em moeda nacional	Indexadores	Vencimento	Fn (*)	Lc (*)	2018		2017	
					Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Safra	CDI+1,8%	02/10/2020		100%	1.828	110.000	763	110.000
Banco Mizuho	CDI+1,33%	11/12/2020		100%	312	80.000	331	80.000
Banco Itaú	CDI+1,93%	15/10/2019		100%	90.854	-	1.705	90.000
Banco Santander	CDI+1,9%	22/11/2019		100%	85.846	-	-	78.652
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (i)	-	-	100%		-	-	2.855	-
					178.840	190.000	5.654	358.652

(*) Fn – Financiamento, Lc – Linha de crédito

A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos. Operações *clean*, sem garantias e sem *covenants*.

(i) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento em 2018 e, como garantia, fiança bancária cuja contratação será por desembolso. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamento a longo prazo são os seguintes:

	2018	2017
2019	-	168.652
2020	190.000	190.000
	190.000	358.652

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$20.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

(ii) Abaixo é apresentada a movimentação dos empréstimos:

	2018	2017
Saldo inicial	364.306	360.232
Amortização	(2.845)	(4.169)
Encargo provisionado	30.788	43.955
Encargo pago	(23.409)	(35.712)
Saldo final	368.840	364.306

(iii) Contém os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R\$1.562 (R\$5.022 em 31 de dezembro de 2017) à taxa média de 8,23% (11,98% em 31 de dezembro de 2017).

14. Tributos a recolher

a) Composição do saldo

	2018	2017
Imposto de renda a pagar	2.872	6.209
ICMS	13.576	5.380
Taxa Agência Reguladora	1.399	1.092
ISS	854	882
PIS e COFINS	1.240	3.031
Outros	219	428
	20.160	17.022

b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	97.243	97.243	129.510	129.510
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(24.311)	(8.752)	(32.378)	(11.656)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	5.427	1.954	5.450	1.962
Incentivos fiscais	(946)	(341)	124	-
Outros	24	-	(159)	(57)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(19.806)	(7.139)	(26.963)	(9.751)
Imposto corrente	22.750	8.199	26.999	9.764
Imposto diferido	(2.944)	(1.060)	(36)	(13)
	(19.806)	(7.139)	(26.963)	(9.751)
Alíquota efetiva	20%	7%	21%	8%

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social de R\$644.460 (R\$587.923 em 31 de dezembro de 2017) está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior		
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Naturgy Energy Group S.A.	468.576	720.345
Residentes no país		
Gaspetro – Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 20 de março de 2018 e 27 de abril de 2017, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$2.320 e R\$12.365, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

A reserva de lucros ultrapassou o capital social e a administração apresentará proposta à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em abril de 2019, de distribuir 100% do resultado, sendo: R\$18.452 em forma de JCP líquido de imposto, R\$45.075 em forma de dividendos e distribuir a reserva especial em R\$33.794, cujo o pagamento se realizará até dezembro de 2019, estando assim em conformidade com a legislação vigente.

b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2018	2017
Lucro líquido	70.298	92.796
Constituição da reserva legal	(3.515)	(4.640)
Base de cálculo dos dividendos	66.783	88.156
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	16.696	22.039
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	18.452	21.799
Dividendos a pagar	-	3.510
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	28%	29%

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 20 de março de 2018 aprovou a seguinte distribuição de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017: R\$18.452 em forma de JCP, R\$62.847 em forma de dividendos e R\$2.320 em forma de reserva expansão.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2018, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros de longo prazo – TJLP a serem distribuídos aos acionistas no valor R\$21.708.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

e) Reserva especial

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de outubro de 2015, em conformidade com o §5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, considerando o endividamento da Companhia, os acionistas decidiram por unanimidade reter parte do lucro deixando de distribuí-lo. Desta forma, foi constituída uma reserva especial, com saldo no montante de R\$33.794, que não sendo absorvida por prejuízos em exercícios subsequentes, deverá ser paga como dividendos até dezembro de 2019.

f) Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é o mesmo, uma vez que a Companhia possui o mesmo tratamento para ações preferenciais e ordinárias, não havendo nenhum efeito diluidor (Nota 15.b).

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	70.298	92.796
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.995.023	1.995.023
Lucro básico por ação – R\$	35,24	46,51

g) Instrumento financeiro

Instrumento financeiro aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que o CPC 47 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Companhia revisou seus ativos e passivos financeiros que gerou um aumento bruto na provisão para créditos de liquidação duvidosa de R\$1.270 em 2018, que após cálculo do imposto de renda e CSLL gerou um efeito de R\$839.

16. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2018	2017
Cíveis	3.556	1.848
Tributárias	11.868	367
Regulatória	133	593
Trabalhistas	956	838
	16.513	3.646

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.646
Adições	5.482
Baixas	(1.234)
Atualizações monetárias	8.619
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.513

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

Existem processos tributários na esfera estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 8.843 em 31 de dezembro de 2018 (R\$17.527 em 31 de dezembro de 2017).

17. Compromissos

17.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional ("Contrato"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de junho de 2017 foi celebrado o termo aditivo nº 10 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes acordaram: (i) a alteração das Quantidades Diárias Contratadas (QDC); e (ii) a atualização do valor total do contrato em face da alteração da QDC.

Até dezembro de 2018, com os dados reais apurados e os dados projetados até o encerramento do ano vigente, não há previsão de pagamento de "Take or Pay" no final do ano.

17.2. Compromisso com poder concedente

Em 2004 e 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG RIO assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a CEG RIO assumiu o compromisso de expandir o fornecimento de gás canalizado com novas redes de distribuição de gás através da construção de gasodutos e ramais de distribuição para atender aos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Itatiaia, Teresópolis, Cachoeira de Macacu, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Saquarema.

Os municípios Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios e Itatiaia já são atendidos com rede de gás canalizado, em cumprimento aos compromissos assumidos nos Termos Aditivos.

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos demais municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendidos os Municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Angra dos Reis por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Dessa forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que alterou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG RIO S.A. de distribuir gás natural por meio do sistema GNC aos municípios acima mencionados.

18. Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2018	2017
Venda de gás	2.523.587	2.568.297
Contratos de construção	37.525	86.646
Outras receitas	1.441	1.380
Total receita bruta	2.562.553	2.656.323
(-) Deduções da receita bruta	(447.210)	(263.912)
Receita líquida	2.115.343	2.392.411

19. Custo do serviço

	2018	2017
Compra de gás e de serviços	(1.827.789)	(2.037.341)
Custo dos contratos de construção	(37.525)	(86.646)
Amortização	(15.109)	(13.982)
	(1.880.423)	(2.137.969)

20. Débitos restituíveis – compromisso de "Take or Pay" no contrato com termelétricas

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a UTE Norte Fluminense não realizou nenhum pagamento relativo ao compromisso mensal e anual de "Take or Pay", pois ao longo destes anos, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido, dessa forma, não há o direito de recuperar gás pago e não retirado em exercícios anteriores.

21. Revisão tarifária

A proposta da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2018-2022), foi enviada no 2º semestre de 2017, à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – Agerensa, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. O Relatório Complementar da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da concessionária CEG RIO referente as tarifas do 5º quinquênio (2018 - 2022) foi entregue à Agerensa em 28/09/2018, em conformidade com o cronograma publicado pelo regulador em 06/09/18. A Concessionária, em seu Relatório Complementar, revisou sua Proposta apresentada em 27/11/2017 visando adaptar ao cenário atual. Em 19/11/2018, a Concessionaria enviou suas manifestações complementares, para atender à solicitação do Poder Concedente, inserindo os novos investimentos para atendimento à novas usinas termelétricas (UTES). O processo de revisão tarifária está em andamento conforme cronograma estabelecido pela Agência Reguladora.

22. Outras despesas operacionais, líquidas

	2018	2017
Penalidades e indenização a terceiros	5.526	1.944
FEEF (a)	9.566	7.254
Baixa (venda) de materiais e equipamentos	6	(43)
Cessão de capacidade de duto	278	567
Demais despesas (receitas)	(1.085)	(851)
	14.291	8.871

(a) O Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) foi instituído pela Lei nº 7.428 de 25 de agosto de 2016 com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas e previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro que versa sobre a fruição do benefício fiscal ou incentivo fiscal, já concedido ou que vier a ser concedido, fica condicionada ao depósito ao FEEF do montante equivalente ao percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto calculado com e sem a utilização de benefício ou incentivo fiscal concedido à empresa contribuinte do ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, já considerado no aludido percentual a base de cálculo para o repasse constitucional para os Municípios (25%).

23. Resultado financeiro, líquido

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.312	4.445
Juros e multas	3.121	1.093
Outras receitas financeiras	1.070	1.082
Atualizações monetárias ativas	920	1.011
	8.423	7.631
Despesas financeiras		
Comissões	(84)	(81)
Encargos de empréstimo	(28.323)	(37.383)
IOF	(1.047)	(1.652)
Outras despesas financeiras	(2.370)	(763)
Atualizações monetárias passivas	(8.900)	(163)
	(40.724)	(40.042)
Resultado financeiro	(32.301)	(32.411)

24. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Custo de pessoal	3.683	3.076
Utilidades, materiais e serviços	5.802	5.967
Serviços de manutenção	9.348	8.649
Serviço de profissionais contratados	38.568	38.908
Gastos gerais de escritório	709	622
Viagens e estadias	1	1
Aluguéis	762	723
Propaganda e publicidade	1.547	1.768
Perdas e recuperação de créditos	3.496	2.885
Provisões (reversão), líquidas	4.248	(254)
Amortização	22.921	21.305
	91.085	83.650

25. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Vigência das apólices	Em reais
		Importâncias seguradas
Risco operacional (*)	29/10/2018 a 29/10/2019	640.800
Responsabilidade civil geral (*)	29/10/2018 a 29/10/2019	326.808
Responsabilidade civil – administradores – diretores e dirigentes (**)	30/09/2018 a 30/09/2019	94.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO S.A.

(**) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG, CEG RIO, GNSPS, GNB e GNFE.

Jorge Henrique Baeta

Diretor Econômico-Financeiro de RI

Maria Cecília Fontes Pinheiro

Contadora CRC-70616/O-0 RJ